

Valorização da Comunicação Pública por meio do trabalho das Relações Públicas nas Instituições Federais de Ensino em busca da construção cidadã e da participação social¹

Juliana Marques Borghi
Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR

Resumo

O presente artigo traz uma contribuição para levantamentos e pesquisas na área das relações públicas institucionais, que entre os vários trabalhos que realizam, desenvolvem atividades essenciais e voltadas à construção de práticas cidadãs, de modo a incentivar a participação e mobilização social, por meio de estratégias, planos e ações que tragam perspectivas de melhorias significativas nas comunidades/sociedades onde atuam. Dentre estas, destaca-se a atuação do profissional no campo da Comunicação Pública nas Instituições Federais de Ensino (Instituto Federal do Paraná), o qual atuo como profissional de comunicação, de modo a valorizar tais práticas de forma contínua e progressiva, para além da comunidade acadêmica, em um contexto que alinhado por elementos essenciais, constrói espaços sociais participativos, dinâmicos e representativos.

Palavras-chave

Relações Públicas Institucionais; Comunicação Pública; Participação Social; Cidadania.

Introdução

A definição de relações públicas vem propondo em sua literatura algumas mudanças e novas avaliações sobre o que a profissão pode oferecer e trabalhar não somente junto ao ambiente organizacional, mas também e principalmente, em relação a aspectos ligados ao processo de conscientização social e democrática, entendendo desta forma, como primordial, a participação popular sob o ponto de vista da literatura que valoriza a comunicação pública.

Kunsch (2009) destaca que as empresas e as organizações da sociedade civil passam a ser cobradas por seus públicos, pela opinião pública e pela sociedade, e a ser monitoradas por estes, fazendo-se necessário adotar o verdadeiro sentido da comunicação pública, que é o interesse público. Desta forma, as relações públicas passam a contemplar uma comunicação que se torna multi e interdisciplinar, abrangendo aspectos de sustentabilidade, democracia e organizações sociais que possuem planejamentos e ações condizentes com sua realidade e necessidades externas a elas, ou seja, para além das avaliações estrategicamente institucionais.

O profissional passa então a entender e avaliar de forma mais complexa o contexto externo às organizações, de modo complementar, visando, deste modo, contribuir

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, Política e Sociedade, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

positivamente e progressivamente para questões que envolvem a sociedade de forma crítica, política, cidadã e participativa. As pesquisas de opinião passam a abranger elementos diversos e dialógicos. A presença da comunidade se torna fundamental para a continuidade de ideias e projetos que abarcam a valorização da junção destes elementos, o que por sua vez, reflete na consolidação de uma reputação institucional, representando uma imagem positiva e fidedigna à sua identidade.

O processo de interação dialógica, contemplado por Oliveira (2008), destaca ainda, a comunicação organizacional como uma concepção baseada no conceito de interação e no paradigma relacional da comunicação (processo plural e multifacetado de interação entre atores sociais), o que pressupõe a circularidade de discurso entre os envolvidos e a importância da interlocução. Para a autora:

“[...] a crescente articulação da sociedade em rede amplia os espaços de interação social e multiplica a atuação de indivíduos e grupos no contexto contemporâneo, devido ao acesso à informação e à facilidade de troca. Eles passam a desempenhar múltiplos papéis sociais. Nesse cenário, a gestão da comunicação nas organizações pautada no paradigma clássico/informacional, centrado na emissão e recepção de informações, torna-se insuficiente para administrar a abundância dos fluxos e demandas informacionais e a crescente rede de relacionamentos que se estabelece entre organizações e atores sociais [...] a comunicação organizacional avança para uma dimensão estratégica, que agrega, ao caráter técnico-instrumental, uma concepção interativa e relacional. Assim, torna-se importante compreender a complexidade dos processos comunicacionais nesse contexto e propor um tratamento dialógico na relação organização e atores sociais” (OLIVEIRA & PAULA, 2008, p.6-7).

O desenvolvimento da comunicação nas organizações, portanto, enfatiza a participação da comunicação pública, nos anos 90, como essencial, como cita Pierre Zémor. Para o autor:

“[...] se as finalidades da Comunicação Pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, suas funções são de: a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social” (ZÉMOR apud BRANDÃO, 2006, p.13).

Os conceitos atrelados à comunicação pública, desta forma, englobam a democracia e a cidadania como partes dos relacionamentos com os públicos, em um discurso de valorização da esfera pública que representa a coletividade, como ressaltam os seguintes autores:

“[...] Processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país [...] um campo de negociação pública, onde medidas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democraticamente legítima” (DUARTE & VERAS, 2006 apud MATOS, 2012, p.49).

Nesta breve introdução, entende-se a necessidade de pensar a atividade de relações públicas como aquela que representa além de interesses organizacionais, ações fundamentais para uma contribuição democrática e contínua na sociedade, e/ou nas comunidades e locais onde esta atua, de maneira progressiva, com destaque para a educação, a cultura, as artes, a diversidade, a política, o diálogo, a sustentabilidade, entre outros, por meio do enriquecimento da comunicação pública como insubstituível para a realização de tais práticas.

As Relações Públicas e a Comunicação Pública

A partir da década de 1980, principalmente, os conceitos de comunicação pública aparecem com mais força nas literaturas das áreas humanas e sociais aplicadas, com destaque para as relações públicas. O termo público, neste sentido, passa a significar e ter uma forte representatividade com o contexto e as mudanças sociais, culturais e políticas, com destaque para os países da América Latina, onde a participação social, o enriquecimento de questões envolvendo o meio ambiente, direitos humanos, o acesso às práticas democráticas, inclusivas e cidadãs, o incentivo ao diálogo, ao processo de criticidade, cultura, artes, enfim, modificam algumas estruturas fundamentais para novos entendimentos e interpretações a respeito de como valorizar as comunicações como elementos essenciais que garantam a participação social.

Segundo Duarte (2007), a comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio legítimo de acesso do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo, sendo este de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas. De acordo com o autor:

“A plenitude da comunicação pública depende da reciprocidade existente entre comunicação e cidadania, mobilizando sujeitos na concretização de aprendizados, saberes coletivos, rompendo formas de opressão e exclusão, construindo caminhos originais da vida coletiva organizada” (DUARTE, 2007, p.113).

Habermas destaca ainda que:

“Redescobrir, assim, o poder da sociedade civil indica o reconhecimento da existência de problemas que fazem parte do contexto dos sujeitos sociais, onde são os atores periféricos, os representantes da sociedade civil, mais que o aparelho do Estado, que levantam problemas referentes à energia nuclear, ameaças ecológicas, gênero, poluição da água, juventude, exclusão simbólica” (HABERMAS, 2003, p.115).

Peruzzo (2004) destaca a potencialidade da comunicação pública como uma atividade que incentiva a participação consciente das comunidades. A comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuída de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abrangendo a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo.

A integração das relações públicas à comunicação pública também é identificada por Simões (1995), que destaca: como ciência, Relações Públicas abarca o conhecimento científico que explica, prevê e controla o exercício de poder no sistema organização-públicos. Como atividade, Relações Públicas é o exercício da administração da função (subsistema) política organizacional, enfocada através do processo de comunicação da organização com seus públicos.

Neste contexto, as relações públicas como uma atividade que valoriza a comunicação pública significa entender de modo amplo e representativo o público como algo construído coletivamente, democraticamente e insubstituível sob o ponto de vista da cidadania, do acesso à informação qualitativa e inclusiva, que propicia ações dialógicas, incentivando os diversos públicos, neste caso, como essenciais para um caminho de construção e consolidação de instituições que prezam por estes valores.

O papel das Instituições Federais de Ensino

A proposta de uma educação pública de qualidade torna-se um desafio complexo, no contexto colocado, neste trabalho, pois pensar o significado da palavra pública requer reflexões, primeiramente, assim como planejamentos que concretizem a ideia de acesso, coletividade, de inclusão, de respeito às diversidades, de contemplar a sociedade entendendo suas necessidades. Necessidades que abrangem desde questões de vulnerabilidades sociais e econômicas, de oportunidades; até questões que precisam ser discutidas e desconstruídas de modo progressivo e contínuo, como: preconceitos, racismos, exclusões, entre outras.

Desta forma, neste momento, analisando em específico o papel, representatividade e compromisso das Instituições Federais de Ensino no Brasil, a rede de educação que as forma é composta pelas universidades e institutos federais, assim como centros de educação tecnológica que possuam também cursos técnicos e de nível superior.

A proposta da criação da rede feral de ensino, de 2008, é propiciar uma rede que componha educação profissional, científica e tecnológica, e pesquisa, na oferta pública de uma educação *multicampi*, abrangendo educação básica (incluindo ensino médio técnico integrado), licenciatura e bacharelados, e pós-graduações. As universidades federais compõem também um quadro que se espalha por todo o Brasil, de maneira a investir na qualidade e oferta de cursos superiores e pós-graduações (*stricto e lato sensu*), com datas de criação do início do século XX, como a Universidade Federal do Paraná (1912), e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920).

A representatividade destas Instituições no cenário latino e brasileiro contribui e muito para o aprimoramento de diretrizes a respeito de suas funções nas sociedades e comunidades, como em todo o país. Além das reflexões e concretizações de um aprendizado à comunidade acadêmica que pensa na formação profissional e no investimento à pesquisa qualitativa (um dos pontos mais essenciais e ricos de um país, em relação à sua autonomia intelectual, cultural e econômica); tais Instituições são, por conseguinte, responsáveis também pela construção de valores cidadãos e éticos, que podem e devem atingir as comunidades externas.

Até o aspecto teórico das pesquisas realizadas na academia vem demonstrando uma preocupação em contemplar o prático, o contato com o mundo externo, o aumento de avaliações e experiências que se complementem em uma via de mão-dupla junto às comunidades onde atuam: contribuem para o avanço de produções científicas, assim como são beneficiadas por tais avaliações, quando conhecem o trabalho realizado por estas instituições e seus potenciais enquanto promotoras de inclusão social e cidadania.

Todos estes eixos compostos e formados gradativamente permitem alguns avanços reais em torno da função das Instituições Federais de Ensino no Brasil, de modo a enriquecer ações que além de serem condizentes com suas missões, visões e valores, deste modo, o reconhecimento das comunicações institucionais e sociais, que se debruçam em aspectos conceituais e reais de: espaço público, coletividades, acessibilidades, diversidades, respeito, conscientização e criticidade. Ações que compõem a democracia, a participação política, o direito em se informar qualitativamente, e direito aos direitos humanos, entre outros.

Ações, portanto, feitas de modo contínuo, progressivo e duradouro, produzem efeitos em gerações próximas, permitindo que a sociedade compare e reflita a respeito dos benefícios reais trazidos ao coletivo.

Tal reflexo considera algumas outras mudanças no desenvolvimento de políticas públicas, como as cotas raciais, entre outras, mas destaca, fundamentalmente, reflexões e ações propostas e realizadas pelas Instituições Federais de Ensino, ao longo dos últimos anos, no investir na abertura e diálogo junto à sociedade, alimentando um sistema de ganhos sociais coletivos no papel fundamental na formação de cidadãos.

O trabalho das relações públicas aplica-se na contribuição no desenvolvimento de canais de comunicação que potencializam o contexto relevante apresentado, o que beneficia a relação das instituições públicas e da sociedade, onde a comunicação pública complementa as ações estratégicas da área, que ainda de acordo com Simões (1995), é necessário um sistema que permita um fluxo de informações, nos dois sentidos, entre a organização e seus públicos. A existência desse canal conduziria de modo contínuo e desimpedido, a palavra dos públicos para junto do poder de decisão e deste para os públicos. Não basta que a comunicação pública exista, ela deve ser compreendida e acessível.

A Comunicação Pública como precursora das Relações Públicas no Instituto Federal do Paraná (IFPR)

O desenvolvimento da comunicação pública nas Instituições é um caminho a ser construído de modo em conjunto. A sociedade torna-se protagonista deste processo, contribuindo para que este conceito seja reconhecido e cada vez mais incentivado, de forma estratégica e democrática. López destaca a comunicação pública como:

“[...] conjunto de temas, definições, fatos e metodologias referentes à forma como os sujeitos lutam por intervir na vida coletiva e na evolução dos processos políticos provenientes da convivência com 'o outro', por participar da esfera pública, concebida como o lugar de convergência das distintas vozes presentes na sociedade” (LÓPEZ, 2012, p.246).

Pensando, assim, nas diversas maneiras de enriquecer e valorizar a comunicação pública nas instituições federais de ensino, como proposto neste trabalho, em específico, destaca-se o trabalho que vem sendo realizado pela Diretoria de Comunicação do Instituto Federal do Paraná. O IFPR, fazendo parte da rede tecnológica de pesquisa e ensino,

representa as instituições de educação que contemplam o ensino médio técnico integrado, e também a oferta de cursos superiores.

Apesar de terem sido criados no ano de 2008, os Institutos Federais trazem consigo em sua missão, visão e valores, alguns pontos essenciais para que a Comunicação Pública seja reconhecida e realizada de modo estratégico, por meio do planejamento, planos, projetos e ações que as instituições realizam.

Segundo a política de comunicação² (2013) apresentada pelo Instituto Federal do Paraná, o princípio básico destacado da Comunicação Organizacional realizada no âmbito de uma instituição pública é o da Comunicação Pública. Deste modo, segundo Duarte (2012), a comunicação pública acontece nos espaços formados pelos fluxos de informação e de interação entre os agentes públicos e atores sociais, como governo, Estado e sociedade civil. Esta comunicação ocupa-se da “viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão”. Desenvolver comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, com conceitos ligados a cidadania, democratização, diálogo e interesse público. O compromisso de propiciar mais participação social e menos divulgação ressalta a sociedade antes da conveniência da organização.

Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva da cidadania na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores. “Na comunicação pública o objetivo é o atendimento do interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão” (DUARTE, 2011, p.126-127). O caráter teórico e empírico da proposta de análise do projeto destaca, portanto, um interesse da valorização do tema e sua ligação interdisciplinar com as práticas acadêmicas, assim como o seu benefício para o desenvolvimento social.

A representatividade da instituição se completa, deste modo, pela formalização do planejamento em valorizar os eixos da comunicação pública como fundamentais para o desenvolvimento de um eixo de comunicação consistente e estratégico, de modo que permita a consciência de sua relevância, primeiramente, na própria comunidade acadêmica da Instituição.

²Política de Comunicação. Instituto Federal do Paraná. Curitiba. 2013. Disponível em: < http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf>. Acesso em: 5 jan.2020.

O trabalho das relações públicas, neste contexto, contribui para que o tema seja refletido e aplicado de maneira descentralizada e democrática. Atualmente, o IFPR conta com profissões da área de comunicação: relações-públicas, jornalistas, publicitários e programadores visuais. Espalhados pelos *campi* da Instituição, a autonomia de cada um para trabalhar de acordo com o contexto onde estão inseridos, analisando suas respectivas comunidades e locais de atendimento, se torna fundamental para que a comunicação siga sua política, assim como esta vai se construindo diariamente, e com a participação da comunidade acadêmica (servidores e alunos), e principalmente, pela contribuição e diálogo junto às comunidades externas.

As relações públicas desenvolvem, em conjunto, um planejamento de comunicação institucional que abarca os conceitos apresentados neste artigo, incentivando para tanto: a utilização de canais de relacionamento junto aos seus públicos (também feitos pelas redes sociais organizacionais); a apresentação e planejamento de planos, programas e projetos que contemplem a comunicação pública e comunitária; propostas que trabalhem o tema de forma contínua junto aos servidores da Instituição, expondo de maneira contributiva aspectos de valorização das IFEs, do fortalecimento da identidade organizacional, e pertencimento frente à missão, visão e valores da Instituição. Os profissionais de relações públicas também ajudam em uma participação mais democrática e inclusiva de seus discentes, por meio da realização de pesquisas de opinião, envolvimento e estímulo em propostas que envolvam a comunidade externa, artes, cultura, eventos diversos, discussão em temas essenciais para sua formação profissional e cidadã, entre outros. E, na concretização de projetos e programas (de ensino, pesquisa e extensão) que contemplem a inclusão social, e que permitam troca de aprendizado e conhecimento entre os públicos envolvidos.

A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) do IFPR é um dos exemplos da realização de uma comunicação pública, que objetiva a estruturação e o desenvolvimento de políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa e científica aplicada, e inovação em toda a rede formada pelos *campi* da Instituição.

Dentro da PROEPPI, destaca-se a Diretoria de Extensão, Arte e Cultura, que trabalha diretamente com o desenvolvimento de trabalhos de extensão, com a participação dos estudantes como executores ou colaboradores de propostas de inclusão junto às diversas comunidades.

Destacam-se ainda algumas propostas da PROEPPI que favorecem e fortalecem o conceito da Comunicação Pública dentro da Instituição, com o envolvimento dos *campi* da

Instituição, e participação de representantes, servidores e estudantes, que tem por objetivo envolver as comunidades onde atuam de diversas formas:

❖ **NEABI (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas)**

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR, e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Possuem o papel de assessorar a Pró Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPPI) na gestão das políticas públicas contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações com foco nessas identidades socioculturais.

❖ **NACs (Núcleos de Artes e Cultura)**

Os Núcleos de Arte e Cultura do IFPR possuem o papel institucional de fomentar a difusão e articulação de produção artístico-cultural da Instituição, de modo a enriquecer uma gestão de políticas culturais e inclusivas, contribuindo para a memória e preservação de seu patrimônio cultural. Os diversos *campi* da Instituição possuem projetos de extensão ligados diretamente à arte e a cultura, por meio do *Observatório das Artes* do IFPR.

❖ **Programas de Extensão**

Os Programas Institucionais de Extensão visam contribuir para a formação profissional e cidadã de estudantes por meio da sua participação em ações de extensão. As atividades são acompanhadas e supervisionadas por servidores/as da instituição no âmbito de ações que têm como princípio a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, e prioriza a interlocução da instituição com sujeitos da sociedade. Atualmente, a Instituição conta com mais de 200 projetos (de pesquisa e extensão) nos 25 *campi*, cadastrados no Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE).

❖ **Eventos**

Os eventos institucionais representam também o fortalecimento de ações estratégicas, para além das salas de aula. Complementam de modo fundamental as propostas de aproximação com os públicos, em especial, quando estes dialogam a respeito de questões reflexivas, cognitivas e que interferem e fazem parte do contexto histórico e social do Brasil, e da América Latina. O IFPR realiza diversos eventos em toda a Instituição; assim

como participa de eventos externos que não somente divulgam o trabalho realizado, mas aproximam as comunidades para perto do planejamento estratégico proposto.

O IFPR destaca ainda em relação aos projetos organizacionais citados, e não só, indicadores de pesquisa e extensão, que são utilizados pelos servidores de forma ampla, e incentivados a serem usados como ferramentas estratégicas para o acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. Estes contam então com relatórios, pesquisas, avaliações, entre outros levantamentos, com o propósito de aprimorar cada vez mais o trabalho das áreas estratégicas, como a Comunicação Social, indo além de análises quantitativas, mas qualitativas a respeito do desenvolvimento das ações que envolvem públicos externos e seus impactos em seus contextos e realidades. Estas informações encontram-se disponíveis no site³ da Instituição.

O posicionamento institucional do IFPR, representado por seus servidores, neste contexto, em destaque para o desenvolvimento da Comunicação Pública como essencial às suas diretrizes e orientações, realiza ações de longo prazo que fortalecem a relação do público interno e externo à organização.

Considerações Finais

Destacando, neste breve contexto, a Comunicação Pública como ainda sendo um conceito em construção, assim como os alcances que o profissional de relações públicas pode ter, enfatiza-se a necessidade da reflexão sobre o tema proposto, e o compromisso da Comunicação Social e institucional em enriquecer o diálogo para a realização de suas ações estratégicas, assim como sobre sua valorização.

O papel das relações públicas como incentivadoras para o fortalecimento da Comunicação Pública nas Instituições Federais de Ensino é gerar reconhecimento, pertencimento e identidade da sociedade a respeito do trabalho proposto por estas. Destaque para: mobilização social, participação, inclusão, alcance e protagonismo de uma esfera pública como um espaço de acesso, proporcionado pela construção do coletivo nas comunidades.

³Disponível em: < <https://reitoria.ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 5 jan.2020.

Pensando, deste modo, na valorização do tema e na discussão a respeito das políticas de relacionamentos institucionais, Koçouski (2013) coloca que, o enriquecimento das esferas públicas por meio do trabalho dos profissionais de comunicação reflete a possibilidade de alcance de práticas cidadãs e dialógicas. A expressão “comunicação pública” seria assim utilizada para caracterizar um tipo específico de interlocução pautada na troca argumentativa reflexiva e recíproca que configura uma esfera pública.

As relações públicas, portanto, caracterizam-se como protagonistas em um processo em construção, que só se concretiza com e por meio da participação social, do envolvimento e interesse dos públicos em contribuir e aprender para a solidificação de uma democracia que se forma por meio de ações dialógicas, respeito às diversidades e acesso aos direitos humanos. A conscientização e a criticidade social são o começo para que a missão inclusiva e de acesso a uma educação pública de qualidade das Instituições Federais de Ensino no Brasil exerça seu papel fundamental de propiciar uma formação profissional e cidadã.

Referências

BRANDÃO, E. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. **Comunicação Pública: Estado, governo mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

Brandão, E. P. **Usos e significados do conceito comunicação pública**. In: Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional do Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Brasília, n.06, 2006.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COOK, D.A. **A history of narrative film**. New York: WW Norton, 1981.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 12, n. 35, 1997.

COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2012. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: 11 maio. 2019.

DUARTE, Jorge. Instrumento de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania.** Difusão, 2011.

ESCUADERO, Regina. **Comunicação Pública - a voz do cidadão na esfera pública:** construindo um novo paradigma profissional. Curitiba: Appris, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Política de Comunicação.** Curitiba: 2013. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

JARAMILLO LÓPEZ, Juan Camilo. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 61-80.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública:** interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA-USP, 2003, p. 41-58.

KUNSCH, Margarida. Políticas Públicas de Comunicação: a necessidade de um debate abrangente. In: Castro, D. (Org.). **Reflexão sobre as Políticas Nacionais de Comunicação.** Brasília: Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): 2009, p. 59-77.

López, J.C. Proposta geral de comunicação pública. In: Duarte, J. (Org.). **Comunicação pública:** Estado, mercado, sociedade e interesse público (3ª ed.). São Paulo: Atlas: 2012, p. 246-267.



Matos, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: Duarte, J. (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público** (3ª ed.). São Paulo: Atlas, 2012, p.47-58.

Oliveira, I. L. & Paula, M. A. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** 2.ª ed. São Paulo: Paulus, 2008.

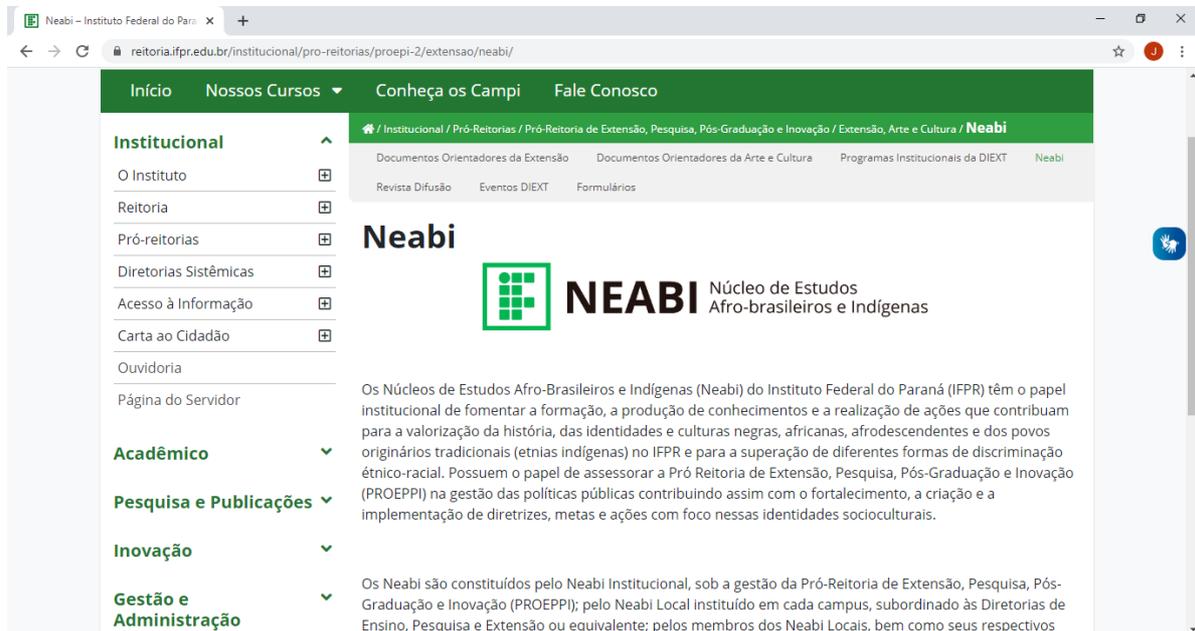
PERUZZO, Círcia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: função política.** São Paulo: Summus, 1995.

ZÉMOR, P. **La Communication Publique.** Paris: PUF, 1995.

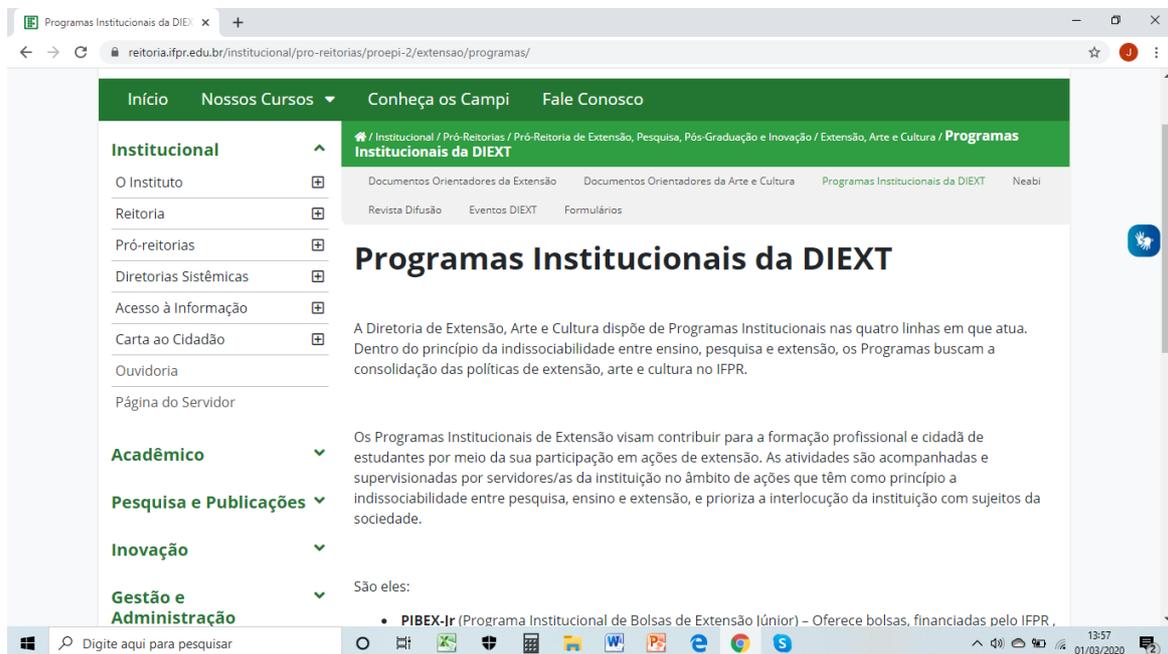
APÊNDICES

1. NEABI – Página do site institucional da Reitoria do IFPR



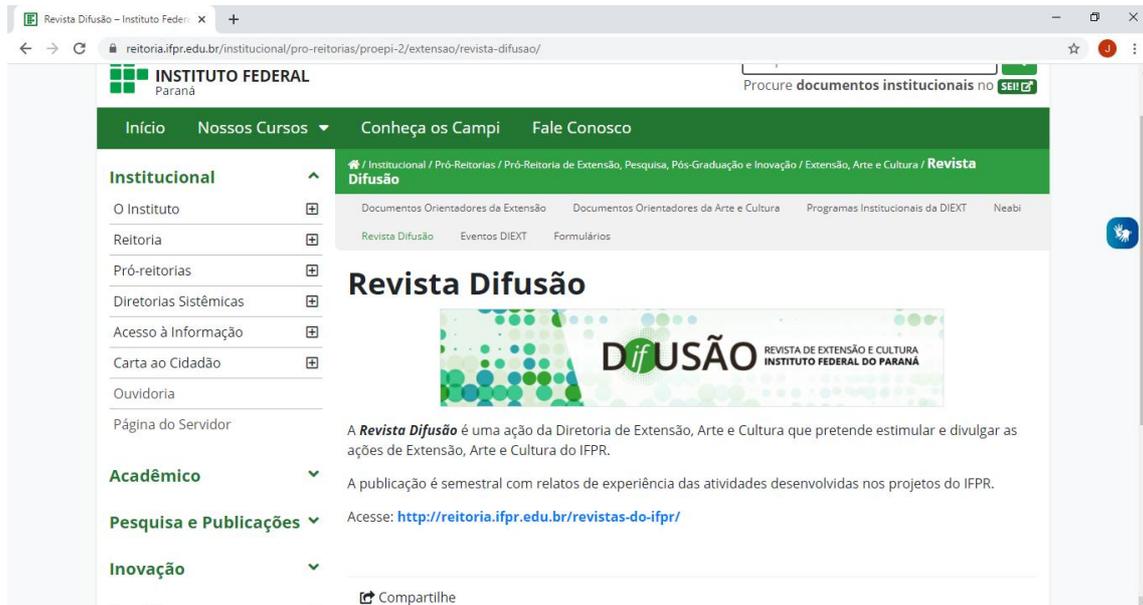
The screenshot shows the website for NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) at IFPR. The page has a green header with navigation links: Início, Nossos Cursos, Conheça os Campi, and Fale Conosco. A left sidebar contains a menu with categories: Institucional, Acadêmico, Pesquisa e Publicações, Inovação, and Gestão e Administração. The main content area features the NEABI logo and a title 'NEABI Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas'. Below the logo, there are two paragraphs of text. The first paragraph describes the role of NEABI in promoting the formation and production of knowledge, and the realization of actions that contribute to the valorization of history, identities, and cultures of black, African, Afro-descendant, and indigenous peoples. The second paragraph states that NEABI is constituted by the Institutional NEABI, under the management of the Pro-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi); the Local NEABI, established in each campus, subordinate to the Directorates of Teaching, Research and Extension or equivalent; and by the members of the Local NEABI, as well as their respective members.

2. Apresentações de Programas – PROEPPi – IFPR

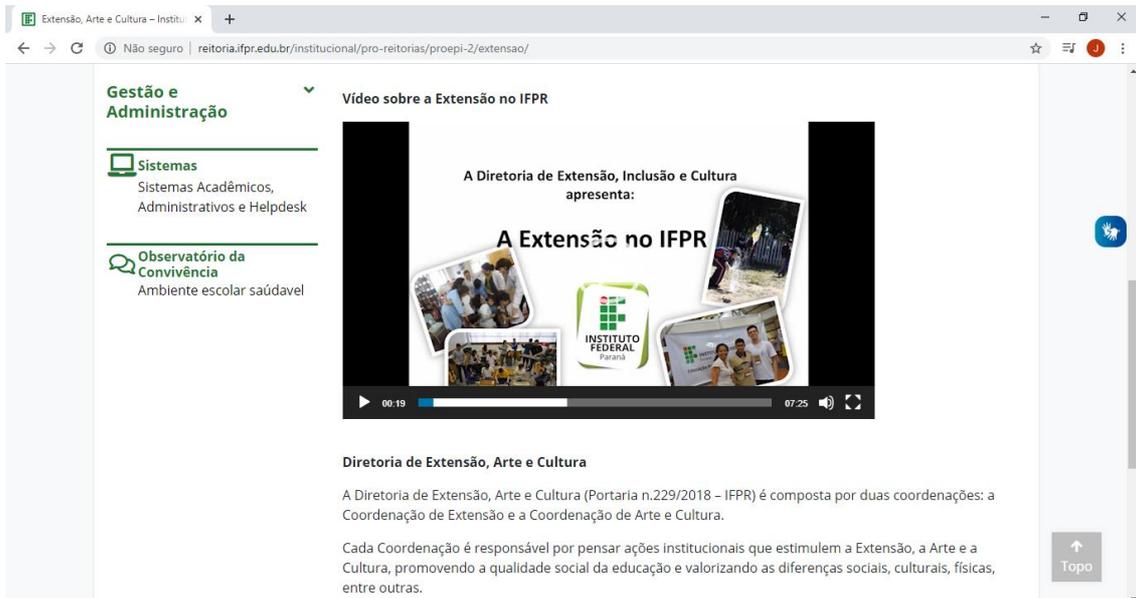


The screenshot shows the website for 'Programas Institucionais da DIEXT' at IFPR. The page has a green header with navigation links: Início, Nossos Cursos, Conheça os Campi, and Fale Conosco. A left sidebar contains a menu with categories: Institucional, Acadêmico, Pesquisa e Publicações, Inovação, and Gestão e Administração. The main content area features the title 'Programas Institucionais da DIEXT'. Below the title, there are two paragraphs of text. The first paragraph states that the Directorate of Extension, Art and Culture has Institutional Programs in four lines in which it acts. Within the principle of the indissociability between teaching, research and extension, the Programs seek the consolidation of policies of extension, art and culture at IFPR. The second paragraph states that the Institutional Programs of Extension aim to contribute to the professional and citizen formation of students through their participation in extension actions. The activities are accompanied and supervised by servers/as of the institution in the scope of actions that have as principle the indissociability between research, teaching and extension, and prioritize the interlocution of the institution with subjects of society. Below this, it lists 'São eles:' followed by a bullet point: '• PIBEX-Ir (Programa Institucional de Bolsas de Extensão Júnior) – Oferece bolsas, financiadas pelo IFPR.'

3. REVISTA DIFUSÃO – site da Reitoria do IFPR



4. Extensão, Arte e Cultura – IFPR



Diretoria de Extensão, Arte e Cultura

A Diretoria de Extensão, Arte e Cultura (Portaria n.229/2018 – IFPR) é composta por duas coordenações: a Coordenação de Extensão e a Coordenação de Arte e Cultura.

Cada Coordenação é responsável por pensar ações institucionais que estimulem a Extensão, a Arte e a Cultura, promovendo a qualidade social da educação e valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas, entre outras.